

| | | | | | |
|--|------------------------------|--------|-----------------------------|------------------------------------|---------------|
| | | | Área: 72217 mm ² | Âmbito: Nacional | |
| Título: Crime económico dá mais trabalho aos advogados | | | | Temática: Gestão/Economia/Negócios | |
| 2008/04/02 | DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL | Pág.48 | Imagem: 1/1 | Periodicidade: Diária | Inv.: 2598.00 |

ENTIDADES REGULADORAS estão mais activas

Crime económico dá mais trabalho aos advogados

Susana Represas
srepresas@economicasgpps.com

A actividade mais intensa das entidades reguladoras, como o Banco de Portugal, CMVM, a Autoridade da Concorrência ou a administração fiscal, está a contribuir para um crescimento dos departamentos de direito penal económico nas sociedades de advogados.

Uma tendência confirmada por diversas sociedades que notam a crescente procura dos clientes para a resolução de problemas que caem no domínio do direito penal económico. Frederico Gonçalves Pereira, da Vieira de Almeida, lembra que a "actividade de perseguição destas entidades públicas não existia há seis anos". O advogado destaca que "a inclusão de matérias criminais surge muito por via da administração fiscal, cujo empenho na detecção de ilícitos está muito mais afinado". José Lobo Moutinho, da Sérvulo & Associados, salienta outro aspecto, "há um crescimento da atenção do público em geral" para estas questões, o que faz com que "as entidades públicas absorvam essas preocupações e actuem". Mas não são só as entidades reguladoras, também o Ministério Público e a Polícia Judiciária agem com mais empenho na investigação dos chamados "crimes de colarinho-branco". Crimes que ganham dimensão e merecem mais atenção porque se assiste "a um fenómeno de legislação penal extravagante. Em variadíssimos sectores da economia têm sido criminalizados cada vez mais comportamentos", afirma João Medeiros, da PLMJ. Para o advogado, "hoje em

dia dificilmente um empresário ou uma estrutura empresarial passará sem, mais tarde ou mais cedo, ser arguido num processo crime". Na verdade, esta constatação já teve impacto. Um dos processos mais emblemáticos do momento, a Operação Furacão, está a investigar mais de 200 pessoas entre empresas, bancos, sociedades de advogados, empresas de construção e editoras. Neste processo estão em causa suspeitas de crimes de índole económica,

"Hoje é mais efectiva a perseguição do branqueamento de capitais, da corrupção e do financiamento ilícito de partidos políticos".

Paulo Sá e Cunha,
GPCB.

financeira e fiscal. Paulo Sá e Cunha da GPCB, não tem dúvidas que "hoje é mais efectiva a perseguição do branqueamento de capitais e da corrupção e do financiamento ilícito de partidos políticos", temas que garantem, "dão mais trabalho a estes departamentos".

Lobo Moutinho refere também o alargamento das contra-ordenações em vários domínios da actividade económica, nomeadamente na banca ou as infracções tributárias, "questões que caem no domínio do direito penal", diz o advogado da Sérvulo, que acrescenta a intensificação da actividade da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE): "hoje funciona de forma mais proactiva e isso acaba por afectar as empresas".

Fernando Negrão, que recentemente suspendeu a sua actividade enquanto advogado para presidir à Comissão de Inquérito Parlamentar instaurada no âmbito do caso BCP, lembra que este fenómeno prova que "está a crescer a advocacia preventiva". "Perante a actuação da administração, sobretudo em matéria fiscal, os clientes pedem ao advogado um aconselhamento", para saberem se estão a agir de forma correcta. O advogado integrou já este ano a equipa da Albuquerque & Associados, para se dedicar a estas matérias.

Por último, todos os advogados ouvidos pelo Diário Económico lembram que a entrada do novo Código de Processo Penal alargou a responsabilidade penal das pessoas colectivas a vários crimes, uma alteração que vai, certamente, começar a ter efeitos em breve. ■



Ralph Olexak/Reuters

NOTAS FALSAS EM PORTUGAL

Os burlões fizeram notas de 200 euros e títulos do Tesouro americano falsos e aos milhares. A Polícia Judiciária alertou para a circulação de notas falsas no país depois de terem sido apreendidos dois milhões de euros falsos. Perfeitas... mas não obras de arte como as espanhadas por Frankfurt, Alemanha, quando a cidade adoptou o título de "Cidade do euro."

O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS



FREDERICO GONÇALVES PEREIRA
Vieira de Almeida

■ "Temos sentido um incremento da procura dos nossos serviços nestas áreas. Entre questões relacionadas com a Autoridade da Concorrência, a CMVM, a Anacom e o Banco de Portugal, recebemos um novo caso todas as semanas".



JOSÉ LOBO MOUTINHO
Sérvulo & Associados

■ "Há um crescimento da atenção do público em geral para estas questões, e as entidades reguladoras, que não vivem isoladas, absorvem estas preocupações. Outro aspecto importante é o alargamento das contra-ordenações".



FERNANDO NEGRÃO
Albuquerque & Associados

■ "A principal razão para o crescimento destes departamentos prende-se com a criminalização cada vez maior de comportamentos ligados à actividade económica. Por outro lado, os clientes já procuram uma advocacia preventiva".